

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DO TRIBUNAL**

PORTARIA Nº 290, DE 12 DE JUNHO DE 2000

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, com base no art. 2º do Ato nº 124, de 12 de junho de 2000, publicado no Diário de Justiça na mesma data desta Portaria, RESOLVE:

Art. 1º - Até o limite de despesa fixado na legislação pertinente para licitação na modalidade de convite, ao Secretário de Administração e Finanças, é subdelegada competência para praticar os seguintes atos:

I – autorizar a abertura de procedimentos licitatórios nas modalidades previstas em Lei, assim como a locação, a aquisição e contratação de bens e serviços destinados ao atendimento das necessidades do Tribunal, observadas as disposições da Lei nº 8.666/93 e o limite estabelecido no "caput" deste artigo;

II – homologar, anular ou revogar, total ou parcialmente, procedimentos licitatórios, no limite da competência ora subdelegada;

III – assinar contratos, convênios, acordos, outros ajustes e seus aditamentos, bem como suas rescisões e distratos, originários da subdelegação estabelecida nesta Portaria.

Art. 2º - É subdelegada ainda, ao Secretário de Administração e Finanças, competência para os seguintes atos:

I – assinar contratos, acordos e ajustes decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação, ratificados pela autoridade superior, conforme estabelecido no art. 1º, inciso XXVI do Ato n.º 124 MP, de 12 de junho de 2000;

II – desempenhar atribuições de ordenador de despesas, assinando em conjunto com o Subsecretário de Orçamento e Finanças, as Relações de Ordens Bancárias e Notas de Empenho;

III – autorizar a substituição de garantia exigida nos processos licitatórios e nos contratos, bem assim a liberação e restituição, quando comprovado o cumprimento das obrigações, no limite de sua competência;

IV – conceder suprimento de fundos e aprovar a respectiva prestação de contas;

V – reconhecer dívida de exercícios anteriores à vista da apuração em processo específico;

VI – autorizar, mediante prévia manifestação das Secretarias de Recursos Humanos e Serviços Integrados de Saúde, o pagamento de auxílios e benefícios diversos, inclusive os do PRÓ-SER;

VII – autorizar, mediante prévia manifestação da Secretaria de Recursos Humanos, o ressarcimento de remuneração de servidores requisitados;

VIII – autorizar a cobrança de multas de trânsito, sem prejuízo da posterior ação regressiva;

IX – autorizar a cobrança de multa dos fornecedores e prestadores de serviços, em decorrência do descumprimento das condições de fornecimento ou de prestação de serviço, estabelecidas nas Notas de Empenho;

X – autorizar ressarcimentos diversos, mediante manifestação conclusiva da área correspondente;

XI – aplicar penalidades a fornecedores e prestadores de serviço, contratados até o limite estabelecido no "caput" do art. 1º desta Portaria, ressalvada aquela prevista no art. 87, inciso IV da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo da prévia defesa;

XII – decidir, em grau de recurso, as questões suscitadas nos processos licitatórios originários de sua competência estabelecida no art. 1º, inciso I, desta Portaria;

XIII – nomear representante da Administração para acompanhamento da execução de contratos, conforme as exigências do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - Sempre que julgar necessário, o Diretor-Geral praticará os atos previstos nesta Portaria, sem prejuízo da presente subdelegação de competência.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



REVOGADO

Art. 5º - Revoga-se a Portaria nº 231-DG, de 19 de junho de 1999, assim como quaisquer outras disposições em contrário.

RUBEM SÜFFERT

